



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2680

Presidente da Mesa Diretora: José Paulo Ferreira Gomes

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Impostos, Multas e Taxas (aplicação e cancelamento)

Autoria: Executivo Municipal

Data: 19/05/1988

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 24/1988. Prorroga o prazo de isenção de impostos e taxas concedidas às empresas instaladas no município, a que se refere a Lei nº 1.538 de 07/05/1985.

Controle Interno – Caixa: 13

Posição: 07

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: Impostos e taxas
Lx: 13
Ordem: 07
nº fls: 04

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 24/88

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:-

Prorroga prazo de isenção de impostos e taxas às
empresas. a que se refere a Lei 1.538 de 07
de maio de 1985 por mais 10 (dez) anos no
maximo.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em XX 19.05.88
- 2 A Com. de Leg. e Justiça em 19.05.88
- 3 Aprovado em única discussão - 24.05.88
- 4 A Nôminas - 24.05.88
- 5 Arquivar-se -
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 — 39.400 — Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº

PRORROGA O PRAZO DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei: -

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar, por mais 10 (dez) anos, no máximo, o prazo de isenção de impostos e taxas, concedida às empresas a que se refere a Lei nº 1.538, de 07 de maio de 1.985.

Art. 2º - A prorrogação de que trata o artigo anterior, somente, será concedida às empresas que houverem cumprido as exigências e obtido o benefício previstos na Lei 1.538/85.

Parágrafo Único - A prorrogação a que alude o artigo 1º dependerá de requerimento fundamentado, dirigido ao Sr. Prefeito, junto ao qual será apresentada a comprovação de celebração de, pelo menos, dois convênios, para construção de obras e/ou prestação de Serviços de interesse da municipalidade, convênios estes que deverão ser referendados pela Câmara Municipal.

Art. 3º - A Isenção prevista nesta Lei poderá ser revogada e devidos os tributos respectivos, caso o objeto dos convênios não venha a ser cumprido e/ou deixar a empresa conveniada de atender aos requisitos do artigo 2º da Lei 1.538/85.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Montes Claros/MG., 18 de maio de 1.988


LUIZ TADEU LEITE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE Legislação

EM 19 DE maio DE 1988

PRESIDENTE

A matéria é legal e constitucional.

Sendo, portanto, pela

sua aprovação.

Ass: 24/05/88

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM maio DISCURSSÃO POR

EM 19 DE maio DE 1988

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

À SANCÃO

EM 19 DE maio DE 1988

PRESIDENTE

A matéria é legal e constitucional.

Ass: 24/05/88

Luiz Carlos Leite
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDAS MODIFICATIVAS

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta as seguintes emendas ao Projeto de Lei que autoriza o Executivo a prorrogar o prazo de isenção de tributos e taxas municipais às empresas a que se refere a Lei Municipal nº 1538 :-

Rejeitada → EMENDA 01 - Que se reduza para cinco (05) anos o prazo máximo previsto no Artigo 1º do referido projeto .

Rejeitada EMENDA 02 - Que se dê ao Parágrafo único do Art. 2º a seguinte redação :- " Parágrafo único - A prorrogação de que trata o artigo 1º dependerá de requerimento fundamentado, dirigido ao Senhor Prefeito, junto ao qual será apresentada a comprovação de celebração de, pelo menos, dois convênios a serem referendados pela Câmara Municipal, para construção de obras e/ou prestação de serviços de interesse da municipalidade, sendo um dos referidos convênios de aplicação no setor hospitalar público municipal.

Sala das sessões, 24 de maio de 1988.

Marco Antônio Pimentel
Vereador Marco Antônio Pimentel

Câmara Municipal de Montes Claros



Ata da 1ª Sessão

A manifestação é legal

e constitucional

Msc. em 24/05/88

João Pinheiro
João Pinheiro
João Pinheiro

Ata da 1ª Sessão

Ata da 1ª Sessão

Ata da 1ª Sessão

Ata da 1ª Sessão



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em, 18 de Maio

de 1988

Of. Nº -18/05/88

Assunto -Encaminha Projeto de Lei

Serviço -Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente,

Apresentamos-lhe, para exame e aprovação, o Projeto de Lei anexo, que prorroga o prazo de isenção do recolhimento de Tributos, concedido pela Lei nº 1.538, de 07 de Maio de 1.985.

Interessa ao Município a prorrogação da isenção, eis que várias empresas, aqui sediadas desejam prestar-lhe serviços relevantes, obtendo, em contra-partida favores tributários.

Administrações anteriores se utilizaram deste mesmo critério e os resultados obtidos foram excelentes para a comunidade, como se comprova, pela instalação de todas as indústrias em nosso parque industrial.

Mas a isenção, que se requer, não se aplica a todas as empresas ou indústrias aqui sediadas. Aplicar-se-á, somente àquelas que preencherem os requisitos das Leis números 710, de 20 de Outubro de 1.965 e 1.538, de 07 de Maio de 1985, devendo, ainda, celebrar convênios para a prestação de serviços de interesse do Município.

Os convênios celebrados serão referendados por essa egrégia Câmara.

Vê-se, portanto, que o Projeto de Lei, ora apresentado, contém objetivos de profundo significado para o Município.

C.



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em,

de

de 19 (02)

Of. Nº

Assunto

Serviço

Esperamos que os ilustres senhores Vereadores, imbuídos do alto espírito de bem servir à comunidade, aprovem o Projeto de Lei que lhe apresentamos.

Ao ensejo, apresentamos-lhe respeitosos cuprimentos.

Cordialmente,

LUIZ TADEU LEITE

PREFEITO DE MONTES CLAROS

EXMO. SR.

JOSÉ PAULO FERREIRA GOMES

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NESTA

ARC/HF.